



ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 141

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria ME/STN nº 375, de 08 de julho de 2021, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação do **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativo ao **terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2021**, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2021
Periodicidade: QUADRIMESTRE
Período: 3º quadrimestre

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	1.199.414.908,62	1.209.187.456,01	1.258.390.395,23	1.235.327.750,18	1.245.369.883,54	1.240.503.659,01	1.248.528.826,01	1.357.994.232,20	1.434.270.843,55	1.448.073.683,79	1.474.399.301,82	1.449.490.798,65	15.800.951.738,61	12.732.773,12
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	676.014.318,42	689.346.279,53	723.916.652,10	680.689.509,97	707.124.731,23	704.964.830,35	697.342.040,51	804.490.073,52	888.900.982,82	882.147.679,36	911.816.895,92	888.139.936,90	9.254.893.930,63	5.827.073,47
Pessoal Ativo	585.701.225,76	592.005.852,08	630.085.440,71	589.561.939,51	610.804.756,69	614.111.736,55	601.120.313,39	706.030.840,68	781.894.555,34	777.491.555,53	801.426.226,48	788.439.582,34	8.078.674.025,06	2.455.856,73
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	90.313.092,66	97.340.427,45	93.831.211,39	91.127.570,46	96.319.974,54	90.853.093,80	96.221.727,12	98.459.232,84	107.006.427,48	104.656.123,83	110.390.669,44	99.700.354,56	1.176.219.905,57	3.371.216,74
Obrigações Patronais													0,00	
Benefícios Previdenciários	523.400.590,20	519.043.312,64	529.509.372,89	549.332.575,66	530.958.920,59	533.463.067,10	535.570.896,03	540.222.443,33	541.148.190,24	543.627.139,04	544.699.193,34	547.391.176,74	6.438.366.877,80	472.546,96
Pessoal Inativo e Pensionistas	447.616.239,37	447.628.116,36	449.907.595,60	471.428.441,17	454.075.925,67	455.361.881,58	457.914.323,16	461.871.658,27	462.446.226,22	464.669.024,81	466.475.704,09	467.356.497,05	5.506.751.633,35	154.767,67
Aposentadorias, Reserva e Reformas	75.784.350,83	71.415.196,28	79.601.777,29	77.904.134,49	76.882.994,92	78.101.185,52	77.656.572,87	78.350.785,06	78.701.964,02	78.958.114,23	78.223.489,25	80.034.679,69	931.615.244,45	317.779,29
Pensões													0,00	
Outros Benefícios Previdenciários		797.863,84	4.964.370,24	5.305.664,55	7.286.231,72	2.075.761,56	15.615.889,47	13.281.715,35	4.221.670,49	22.298.865,39	17.883.212,56	13.959.685,01	107.690.930,18	6.433.152,69
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	150.238.457,85	173.530.860,14	181.379.120,30	163.497.023,65	155.763.707,80	142.736.154,29	160.270.795,20	225.983.238,77	228.596.376,44	199.036.287,35	241.775.174,11	409.999.464,69	2.432.806.660,59	589.405,31
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	5.573.723,05	16.556.082,16	4.732.197,27	4.830.517,69	5.211.505,62	6.065.166,90	7.086.404,39	9.708.460,10	6.480.506,91	6.342.357,91	6.368.808,58	96.044.479,76	175.000.210,34	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	15.296.826,59	29.809.625,31	44.568.758,13	21.713.509,16	15.588.836,69	5.128.811,01	-121.673,45	49.988.739,37	46.950.123,72	19.466.727,79	31.624.640,26	33.451.905,39	313.466.829,97	575.586,57
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração													64.580.452,14	13.132,06
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	129.367.908,21	127.165.152,67	132.078.164,90	136.952.996,80	134.963.365,49	131.542.176,38	153.306.064,26	166.286.039,30	175.165.745,81	173.227.201,65	203.781.725,27	215.922.627,40	1.879.759.168,14	686,58
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.049.176.450,77	1.035.656.595,87	1.077.011.274,93	1.071.830.726,53	1.089.606.175,74	1.097.767.504,72	1.088.258.030,81	1.192.010.993,45	1.205.674.467,11	1.249.037.396,44	1.232.624.127,71	1.039.491.333,96	13.368.145.078,02	12.143.967,81

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.050.771.461,09	-
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	11.237.426,00	-
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	24.178.733,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	31.015.355.302,09	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	13.380.288.445,83	43,14
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	15.197.524.098,02	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	14.437.647.893,12	46,55
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 22 da LRF)	13.677.771.688,22	44,10

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 11/01/2022. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

- Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi para o 3º quadrimestre e valores publicados no 1º e 2º quadrimestre de 2021. No entanto, considerando as informações gerenciais não previstas no Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram editados os seguintes campos:
 - Na Linha Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis do mês de dezembro foi deduzido o valor de R\$ 45.987.475,32 relativo à Receita de Pessoal Cedido - do exercício, em conformidade com as orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).
 - Na linha Pensões foram incluídas as despesas executadas na natureza de despesa orçamentária 33.90.59 - Pensões Especiais das seguintes subações: 1039 - Pensão a ex-servidor não estável; 1052 - Pensão a ex-servidor que não contribui para a previdência/IPREV; 1054 - Pensão a viúvas de ex-parlamentares; 1055 - Pensão à família do policial morto no cumprimento do dever - Militar Especial; 1056 - Pagamento de pensão em função de decisão judicial; 1057 - Pensão às viúvas de Juizes de Paz; 1059 - Subsídio a ex-governadores de Estado e 1060 - Pensão às viúvas de ex-governadores.
 - Na linha Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração o Siconfi não considerou as despesas executadas pela unidade administrativa do RPPS/SC (UG 470022) na fonte 0.250, pois em Santa Catarina não há detalhamento para a fonte de recurso previdenciária destinada à Taxa de Administração. Dessa forma, somou-se R\$ 11.000,00 no mês de dezembro.
 - Na linha Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração o Siconfi gerou equivocadamente valores das despesas executadas nos meses do 3º quadrimestre, quando o correto era apresentar o valor total das despesas executadas no exercício no mês de dezembro. Dessa forma, ajustou-se os valores.
 - As Informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2021.
- Na Despesa com Pessoal do Poder Executivo são incluídas as despesas com os Serventários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) em conformidade com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.
 - Conforme orientação do MDF, as despesas com pessoal relativas ao pagamento dos pensionistas dos demais Poderes e órgãos com poder de autogoverno executadas e pagas na unidade gestora do RPPS/SC foram desconsideradas neste demonstrativo do Poder Executivo. As despesas são identificadas pelas subações: 009659 Pensões - TCE - Fundo Financeiro; 009660 Pensões - TJ - Fundo Financeiro; 009661 Pensões - MPSC - Fundo Financeiro; 009662 Pensões - ALESC - Fundo Financeiro; 014791 Pensão - IPADESC - Fundo Financeiro.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2021
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 3º quadrimestre

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	24.114.475.029,76	23.691.137.805,54	22.548.619.167,45	22.972.538.392,48
Dívida Mobiliária				0,00
Dívida Contratual	21.358.842.506,11	21.176.491.482,80	20.499.801.705,91	20.289.682.187,42
Empréstimos	10.730.930.478,34	10.692.176.725,21	9.896.805.871,91	9.731.204.860,63
Internos	7.427.800.239,23	7.332.968.441,07	7.031.755.398,75	7.023.439.815,78
Externos	3.303.130.239,11	3.359.208.284,14	2.865.050.473,16	2.707.765.044,85
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	10.095.728.281,06	9.965.147.119,96	9.885.490.773,61	9.885.703.421,53
Financiamentos	3.244.863,84	2.469.194,90	30.269.765,06	17.654.509,01
Internos	3.244.863,84	2.469.194,90	30.269.765,06	17.654.509,01
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	528.938.882,87	516.698.442,73	623.612.698,50	608.462.825,22
De Tributos			110.157.541,72	103.862.825,03
De Contribuições Previdenciárias	289.650.761,45	284.004.826,27	286.722.909,47	282.885.104,22
De Demais Contribuições Sociais	239.288.121,42	232.693.616,46	226.732.247,31	221.714.895,97
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais			63.622.596,83	46.656.571,03
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	2.350.505.690,10	2.257.667.015,81	2.006.859.476,62	2.634.681.327,38
Outras Dívidas	405.126.833,55	256.979.306,93	41.957.984,92	48.174.877,68
DEDUÇÕES (II)	5.092.391.146,97	6.857.687.888,28	7.574.881.144,48	6.492.802.220,00
Disponibilidade de Caixa	4.816.501.665,08	6.547.322.433,37	7.389.984.359,35	6.241.461.432,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.015.500.625,96	6.562.038.907,15	7.393.772.376,51	6.628.676.418,59
(-) Restos a Pagar Processados	198.998.960,88	14.716.473,78	3.788.017,16	387.214.985,92
Demais Haveres Financeiros	275.889.481,89	310.365.454,91	184.896.785,13	251.340.787,33
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	19.022.083.882,79	16.833.449.917,26	14.973.738.022,97	16.479.736.172,48
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.861.365.172,05	28.415.531.230,03	30.208.447.643,34	31.050.771.461,09
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	14.255.227,00	11.220.000,00	1.508.369,18	11.237.426,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	26.847.109.945,05	28.404.311.230,03	30.206.939.274,16	31.039.534.035,09
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	89,82	83,41	74,65	74,01
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	70,85	59,26	49,57	53,09
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	53.694.219.890,10	56.808.622.460,06	60.413.878.548,32	62.079.068.070,18
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	48.324.797.901,09	51.127.760.214,05	54.372.490.693,49	55.871.161.263,16
Outros Valores Não Integrantes da DC				
Precatórios Anteriores a 05/05/2000				0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²				0,00
Passivo Atuarial	217.828.735.208,02	217.828.735.208,02	217.828.735.208,02	87.324.075.230,01
Insuficiência Financeira				0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida				0,00
RP Não-Processados	684.458.664,22	5.362.455,34	4.091.757,73	1.381.410.655,75
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				
Dívida Contratual de PPP				
Apropriação de Depósitos Judiciais	720.539.225,35	720.539.225,35	720.539.225,35	772.408.682,45

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 11/01/2022. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

1. Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi para o 3º quadrimestre e valores publicados no 1º e 2º quadrimestre de 2021. No entanto, considerando as informações gerenciais não previstas no Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram editados os seguintes campos:

a) Na linha De Tributos foi incluída a dívida do Estado com o Fundeb, Lei 17.053/2016, no valor de R\$ 103.862.825,03. A dívida está registrada nas contas contábeis 2.1.5.2.5.02 e 2.2.5.2.5.02.00.00 Repasse Municípios - FUNDEB. Estas contas ainda não foram incluídas pela STN no mapeamento.

b) Na linha Demais Dívidas Contratuais foi considerada apenas a dívida registrada na Unidade Gestora 520099 - Diretoria do Tesouro, pois as demais dívidas registradas nas contas mapeadas não são abrangidas pelo conceito de Dívida Consolidada.

c) Na linha Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos foram considerados os precatórios previdenciários contabilizados na Unidade Gestoral 470076 - Fundo Financeiro do RPPS/SC, no valor de R\$ 201.474.167,80, pois conforme estabelecido na Lei Complementar estadual nº 412/2018, esta dívida deve ser quitada com recursos do Tesouro Estadual. Além disso, foram considerados os precatórios registrados na conta contábil INTER, no valor R\$ 183.216.145,54, contas estas não previstas pela STN no mapeamento.

d) Na linha Disponibilidade de Caixa Bruta foi deduzido o valor de R\$ 6.734.997.696,00 relativo aos depósitos de terceiros, contabilizados na fonte extraorçamentária 9.9.99.

e) Na linha Restos a Pagar Processados o mapeamento da STN considera contas de execução orçamentária (6.2.2.1.3.07) e contas de controle de inscrição de restos a pagar (6.3.1.3, 6.3.2.1 e 6.3.2.7) o que acabou gerando valores duplicados. Dessa forma, foi editado o valor considerando apenas os restos a pagar inscritos com base no Balancete de Encerramento do SIGEF, contas contábeis 6.3.2.1 e 6.3.2.7. Além disso, foram deduzidos os valores dos precatórios a pagar inscritos em Restos a Pagar, no valor de R\$ 39.532.449,30, em conformidade com o disposto no MDF, o qual orienta que Restos a Pagar Processados de valores inscritos em Dívida Consolidada devem ser desconsiderados.

f) Na linha Depósitos e Consignações Sem Contrapartida foi editado o valor para zero, pois os depósitos (fonte extraorçamentária) e consignações (fonte extraorçamentária) possuem disponibilidade de caixa para suas respectivas quitações.

g) Na linha Apropriação de Depósitos Judiciais o mapeamento da STN considera contas de passivo circulante e não circulante. Em Santa Catarina os valores correspondentes a apropriação dos Depósitos Judiciais de Terceiros (EC nº 94/2016) estão contabilizados na conta de passivo não circulante. Os valores registrados nas contas de passivo circulante correspondem aos valores dos Depósitos Judiciais contabilizados no Tribunal de Justiça. Dessa forma, foi editado o valor para corresponder ao saldo da Apropriação dos Depósitos Judiciais de Terceiros (EC nº 94/2016), conforme prevê o MDF.

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2021

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2021
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 3º Quadrimestre

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III) ¹	1.307.231.465,39	1.088.592.262,59	1.414.471.398,73	1.682.763.838,88
Em Operações de Crédito Externas	1.124.075.659,48	905.069.996,00	1.229.609.652,85	1.496.886.098,32
Em Operações de Crédito Internas	183.155.805,91	183.522.266,59	184.861.745,88	185.877.740,56
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	1.307.231.465,39	1.088.592.262,59	1.414.471.398,73	1.682.763.838,88
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	26.861.365.172,05	28.415.531.230,03	30.208.447.643,34	31.050.771.461,09
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	14.255.227,00	11.220.000,00	1.508.369,18	11.237.426,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	26.847.109.945,05	28.404.311.230,03	30.206.939.274,16	31.039.534.035,09
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	4,87%	3,83%	4,68%	5,42%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	5.906.364.187,91	6.248.948.470,61	6.645.526.640,32	6.828.697.487,72
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (19,80%)	5.315.727.769,12	5.624.053.623,55	5.980.973.976,28	6.145.827.738,95
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	1.410.194.306,74	1.880.641.490,06	1.515.728.300,11	1.783.004.745,58
Em Garantia às operações de Crédito Externas	1.124.075.659,48	1.594.522.842,80	1.229.609.652,85	1.496.886.098,32
Em Garantia às operações de Crédito Internas	286.118.647,26	286.118.647,26	286.118.647,26	286.118.647,26
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	1.410.194.306,74	1.880.641.490,06	1.515.728.300,11	1.783.004.745,58
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 11/01/2022. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

1. O valor das garantias concedidas foram atualizados com base nas amortizações feitas, conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais.

O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 18 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, um no valor de R\$ 250.440.138,90 referente a 14 contratos garantidos, e outro no valor de R\$ 51.561.954,45 referente a 4 contratos garantidos, financiamentos estes referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.

Assinou, também, um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de € 99.756.455,08, destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

Além disso, o Estado assinou um contrato de garantia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e um contrato de contragarantia com a Celesc Distribuição em decorrência do contrato de financiamento entre o BID e a CELESC, no valor de U\$ 276.051.000,00, destinado ao financiamento de obras múltiplas para garantir a eficiência dos serviços prestados pela CELESC.

2. O Mapeamento da STN para este demonstrativo não está completo. Desta forma, o SICONFI não gerou valores para as garantias concedidas e contragarantias recebidas das Entidades Controladas.

3. As Informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2021

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2021
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 3º Quadrimestre

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	-	-
Interna	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (II)	-	-
TOTAL (III)	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	31.050.771.461,09	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§1, art. 166-A da CF) (V)	11.237.426,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	31.039.534.035,09	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	-	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.966.325.445,61	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90%)	4.469.692.901,05	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.172.767.382,46	7,00%

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	-	7.477.888,65
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	7.477.888,65
FGTS	-	-
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	-	-

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 11/01/2022. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

- De acordo com o Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em <conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip>, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.
- O Mapeamento da STN para o quadro Outras Operações Que Integram a Dívida Consolida utiliza o PCASP estendido, o que não é de observância obrigatória para Estados e Municípios. Desta forma, editou-se os valores gerados automaticamente pelo SICONFI, conforme saldo da conta contábil 8.9.9.6.1.08.xx - Outros Controles da Dívida - Adesão Novos Parcelamentos no Exercício.
- As Informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2021.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Ente: 42 - Santa Catarina
 Poder: E - Executivo
 Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
 Exercício: 2021
 Periodicidade: QUADRIMESTRAL
 Período: 3º quadrimestre

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)	(i) = (g - h)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.461.800.462,95	630.492,42	61.003.707,45	0,00	29.066.371,48	0,00	2.371.099.891,60	468.842.527,99	0,00	1.902.257.363,61
Recursos Ordinários	1.331.641.227,29	615.492,42	59.641.341,18	0,00	28.715.982,87	0,00	1.242.668.410,82	271.241.439,47	0,00	971.426.971,35
Outros Recursos não Vinculados	1.130.159.235,66	15.000,00	1.362.366,27	0,00	350.388,61	0,00	1.128.431.480,78	197.601.088,52	0,00	930.830.392,26
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	3.166.227.645,38	2.132.331,73	391.941.874,76	0,00	410.243.136,69	0,00	2.361.910.302,20	756.408.152,76	0,00	1.605.502.149,44
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	548.528.717,00	0,00	259.553.161,94	0,00	3.660.662,50	0,00	285.314.892,56	143.926.093,47	0,00	141.388.799,09
Transferências do FUNDEB	46.534.820,89	0,00	9.737.282,20	0,00	22.204.207,91	0,00	14.593.330,78	4.371.621,11	0,00	10.221.709,67
Outros Recursos Vinculados à Educação	618.577.803,35	1.288,09	8.958.891,78	0,00	19.693,26	0,00	609.597.930,22	35.153.684,94	0,00	574.444.245,28
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	347.180.587,87	2.021.054,00	80.468.257,47	0,00	57.209.298,90	0,00	207.481.977,50	207.481.977,50	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	335.309.733,37	0,00	6.513.670,82	0,00	37.062,27	0,00	328.759.000,28	118.804.184,82	0,00	209.954.815,46
Recursos Vinculados à Assistência Social	4.791.404,54	25.204,08	37.834,02	0,00	0,00	0,00	4.728.366,44	391.415,83	0,00	4.336.950,61
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	280.636,30	0,00	6.709.147,26	0,00	71.201.764,30	0,00	-77.630.275,26	2.052.108,58	0,00	-79.682.383,84
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	261.619.124,05	8.915,91	175.500,00	0,00	0,00	0,00	261.434.708,14	40.687.705,24	0,00	220.747.002,90
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	19.210.746,86	0,00	0,00	0,00	4.353,84	0,00	19.206.393,02	4.777.425,77	0,00	14.428.967,25
Outros Recursos Vinculados	984.194.071,15	75.869,65	19.788.129,27	0,00	255.906.093,71	0,00	708.423.978,52	198.761.935,50	0,00	509.662.043,02
TOTAL (III) = (I + II)	5.628.028.108,33	2.762.824,15	452.945.582,21	0,00	439.309.508,17	0,00	4.733.010.193,80	1.225.250.680,75	0,00	3.507.759.513,05

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 11/01/2022. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

- Este demonstrativo foi elaborado com base na Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 003/2021, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais. Essa adoção se faz necessária, pois o Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais para esse anexo não está completo.
- O valor da coluna de Disponibilidade de Caixa Bruta é composto por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras consideradas equivalentes de caixa. Dessa forma, não foram considerados os valores dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do RPPS/SC, contabilizados na conta contábil 1.1.4. Para fins de elaboração deste demonstrativo foram utilizadas as contas de controle por fonte de recursos (8.2.1.7.1.01, 8.2.1.7.4.01 e 8.2.1.7.4.02).
- O Valor da Disponibilidade de Caixa Bruta não considera o valor de R\$ 211.905,00 referente ao Limite de Saque da Defensoria Pública do Estado (UG 150001), depositado na Conta Única do Tesouro Estadual.
- O valor da coluna Demais Obrigações Financeiras representa o valor a pagar de consignações, depósito de terceiros, restos processados cancelados e despesas sem prévio empenho contabilizados nas contas 2.1.8.8.1.01, 2.1.8.8.1.02, 2.1.8.8.1.03.01.02, 2.1.8.8.1.03.01.03, 2.1.8.8.1.04, 2.1.8.9.1.19, 2.1.3.1.1.01.01, 2.2.3.1.1.01 e 2.1.8.9.1.28, respectivamente.
- Foram somados R\$ 381.930.500,79 e R\$303.678.621,36 nas linhas Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação e Saúde, referente a disponibilidade de caixa da Educação e da Saúde na Conta Única do Tesouro Estadual.
- O RPPS/SC possui saldo de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo (registrados na conta contábil 1.1.4) no valor de R\$ 626.699.240,08, incluindo depósitos de terceiros contabilizados na fonte extraorçamentária 9.9.99, no valor de R\$ 422.829,89.
- Na linha de Outros Recursos Vinculados estão incluídos os depósitos de terceiros, contabilizados na fonte extraorçamentária 9.9.99, de todas as unidades gestoras.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
 GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
 SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
 CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Ente: 42 - Santa Catarina
 Poder: E - Executivo
 Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
 Exercício: 2021
 Periodicidade: QUADRIMESTRAL
 Período: 3º quadrimestre

LRF, art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	31.050.771.461,09
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	31.039.534.035,09
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	31.015.355.302,09

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	13.380.288.445,83	43,14
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	15.197.524.098,02	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	14.437.647.893,12	46,55
Limite Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	13.677.771.688,22	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	16.479.736.172,48	53,09
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	62.079.068.070,18	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias	1.682.763.838,88	5,42
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.828.697.487,72	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.966.325.445,61	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.172.767.382,46	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.225.250.680,75	3.507.759.513,05

FONTE: Anexos do RGF - 3º Quadrimestre 2021 - Emitido em 11/01/2022. Assinado Digitalmente.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
 GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
 SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
 CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO